



43° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
21 A 25 DE OUTUBRO DE 2019 | CAXAMBU - MG

ST34 - Relações familiares, gênero e política: controvérsias, afetos e direitos

Coordenação: Flávio Luiz Tamovski (UFMT), Leandro de Oliveira (UFMG)

“Mães solas”: parentalidades, conjugalidades e noções de família

Sabrina Finamori¹

¹ Professora Adjunta C do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Contato: sabrinafinamori@gmail.com

Resumo

Este paper visa apresentar os resultados parciais da pesquisa “Maternidades solo”, cujo escopo mais amplo é refletir sobre a relação entre parentalidades e conjugalidades a partir dos movimentos atuais em torno do que vem sendo nominado como “maternidade solo”. Tendo em vista a carga histórica associada ao termo “mãe solteira”, muitas mulheres que cuidam sozinhas de seus filhos, por opção ou não, aderiram à expressão “mãe solo” desvinculando a relação parental da conjugalidade à qual usualmente aparecia vinculada. Reunidas em torno de coletivos feministas ou grupos virtuais, essas mulheres têm produzido, a partir de suas próprias experiências parentais, reflexões sobre os sentidos sociais da maternidade e de suas práticas cotidianas, feito reivindicações de direitos e denunciado discriminações sofridas por elas ou seus filhos. Nesta apresentação, trago ao debate a análise inicial em torno da produção audiovisual sobre “maternidade solo. A partir deste campo, sugiro que tais mulheres têm colocado em pauta questões mais amplas que dizem respeito a direitos e deveres maternos e paternos bem como a definições sobre o que constitui o cuidado de crianças e como a noção de família pode ser (re)definida em contextos particulares.

Preâmbulo: sobre maternidades, Universidades e direitos

Para Dandara, Jade e Ivan

Como muitas mulheres de minha geração, que visavam seguir a carreira acadêmica, a decisão sobre a maternidade sempre foi balizada, e postergada, pela temporalidade dos longos anos de formação. Com efeito, jamais era o momento adequado – graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, busca por empregos –, como encarar uma banca de concurso público estando grávida era uma questão que atormentava muitas de nós. Em março de 2016, entrei, pela primeira vez, em sala de aula, como professora do departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG. À época, quase ao final da gravidez, vivi um tumultuado início de semestre em meio ao turbilhão de emoções que marcam uma primeira gravidez e a maternidade num horizonte tão próximo, conjugada, a não menos tempestuosa, entrada num novo ambiente profissional. Menos de um mês após o início das aulas, dei à luz Ivan e adentrei a licença maternidade vivendo uma multiplicidade de sentimentos sobre a relação entre maternidade e vida acadêmica. Na volta da licença-maternidade, entre aulas, fraldas, pesquisas, amamentação, adoecimentos, reuniões departamentais, o trabalho e a maternidade revelaram-se, ambos, fontes tanto de alegrias quanto de desafios cotidianos. Para minha alegre surpresa, o maior apoio que encontrei foi entre alunas e alunos, que, de modo singular, compreendiam e problematizavam a experiência da parentalidade no ambiente universitário. Muitas das quais, elas (e eles) própria(os), mães (e pais)². Diferentemente de minha própria experiência como aluna, em que a maternidade era altamente invisibilizada e pouco problematizada, para a geração que encontrei no momento em que ingressei na carreira como professora, a maternidade (e a paternidade) eram pertinentes ao ambiente universitário e a inclusão de mães e pais deveria estar na pauta política da própria universidade. Neste contexto, se a experiência materna ou paterna não é homogênea, não apenas num sentido individual, como também na relação com

² Na maior parte do texto, usarei o termo mãe, uma vez que as experiências aqui descritas e problematizadas referem-se sobretudo à maternidade, ainda que, em alguns contextos, as reflexões postas possam ser estendidas à paternidade (tanto por aproximação quanto por contraposição).

outros marcadores sociais da diferença (sendo, talvez, classe e geração os mais óbvios), naquele contexto particular, também a monoparentalidade vinha à tona como categoria relevante. Se ser mãe e aluna (ou mesmo pai e aluno), em si, já é uma experiência descrita como desafiante, estar nesta condição e, ao mesmo tempo, vivenciar a maternidade em condições sociais economicamente desfavoráveis ou sendo jovem ou sendo uma mulher negra ou na condição de monoparentalidade ou, ainda, na confluência destas experiências sociais, raciais ou de geração eleva os percalços enfrentados a outros patamares. Da comiserção de seus pares e de professoras e professores à exclusão efetiva de ambientes acadêmicos, nos quais crianças nem sempre são bem-vindas ou candidatas grávidas podem ser rechaçadas, as vivências de muitas dessas mulheres são marcadas por desafios cotidianos. Ao invés da autocomiserção, contudo, muitas delas têm colocado a maternidade em pauta, como questão política, proposto debates tanto quanto redes de ajuda e ações diretas de intervenção no próprio campus³. Neste contexto, a questão da maternidade solo é particularmente relevante para se pensar redes de apoio, políticas públicas e mesmo a reconfiguração de terminologias e relações de parentesco – recusar-se à estigmatizante categorização como “mãe solteira”, que vincula maternidade à conjugalidade é também pôr em xeque uma noção nuclear de família como algo mais valoroso.

Se a antropologia tem sido pródiga em problematizar a autoridade etnográfica (Clifford, 1998), as afetações do campo (Favret-Saada, 2005; Goldman, 2003), o conhecimento situado (Haraway, 1995; Oliveira, 2017) parece razoável situar também nossas alunas e alunos como parceiras e parceiros em nossas empreitadas intelectuais e experienciais⁴. Menos que um confessorário,

³ Entre elas, destaco aquelas das quais estive mais próxima, como a realização das rodas de conversa “Maternidades em debate” e “Maternidades, inclusão e diversidade na Universidade”, proposta pelo Fórum de Diálogos em Antropologia e Arqueologia, colocando em pauta a questão da maternidade dentro da universidade a partir de um ponto de vista experiencial de alunas e professoras e a Coletiva Maternativa, uma iniciativa da aluna de graduação em Antropologia, Thaís Teles Rocha, aprovada num edital de ações afirmativas da Pró -Reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG e que, entre as ações propostas, está a implementação de trocadores em alguns banheiros e a instalação de um espaço recreativo e de cuidado para a permanência de pessoas acompanhadas de crianças num dos prédios do campus.

⁴ Fica para um outro momento uma importante problematização teórica em torno da relação entre maternidade como experiência de vida das pesquisadoras e seus efeitos nas pesquisas. É relevante, no entanto, apontar que, nos últimos anos, muitas antropólogas brasileiras têm

minha intenção nesse preâmbulo é, então, situar a construção de questões que são, a um só tempo, teóricas, políticas e experienciais, na qual a experiência da maternidade solo ganha proeminência e torna-se, para mim, campo de pesquisa no diálogo e na relação com alunas e alunos que têm vivido e problematizado os desafios da maternidade em geral, e da maternidade solo em particular. Peço assim licença para escrever um texto ora na primeira pessoa do singular ora na do plural, acionando o “nós” não com a intenção de uma pretensa neutralidade difusa, mas com o intento declarado de reconhecer que muitas das questões aqui abordadas foram coletivamente discutidas com alunas e alunos e, em particular, com as bolsistas de iniciação científica Thaís Teles Rocha (mãe de Dandara), Mayara Achilei (mãe de Jade) e Maria Alice Guimarães Batista, que fizeram um trabalho conjunto não só de levantamento de fontes, mas que também compartilharam reflexões acadêmicas e experienciais sobre a maternidade neste percurso. Muitas das questões aqui desenvolvidas são, portanto, tributárias tanto de nossas reflexões acadêmicas como também de nossas experiências como mães e filhas.

Distanciando-se de discursos vitimizantes tanto quanto das armadilhas contidas no rótulo “guerreiras”, essas incríveis alunas têm problematizado intelectual e experiencialmente a maternidade em todas as suas dores e delícias, não como heroísmo tampouco como vitimização, mas via politização e defesa de direitos.

Introdução. Sobre maternidade, feminismo e família

Tendo por perspectiva teórica os estudos anglo-saxônicos de parentesco, que estimulados pelas críticas de Schneider (1980 e 1984) e marcados pelo frutífero diálogo com o campo de estudos de gênero, propuseram uma abordagem mais focada nos processos e nos significados do que nos aspectos formais do parentesco (Strathern, 2005; Carsten, 2000, 2004), o projeto ao qual esta apresentação se refere visa analisar a relação entre parentalidades e

problematizado a maternidade a partir desta posição experiencial, ver, por exemplo, a apresentação do dossiê organizado por Tempesta, Carneiro e Fleisher, 2018 e o artigo de Muller, Rodrigues e Pimentel, 2015.

conjugalidades em contextos urbanos de camadas médias⁵ a partir das experiências de mulheres que se autoclassificam como “mães solo”.

A primeira etapa da pesquisa, que abordaremos de modo bastante preliminar neste paper, é um levantamento de reportagens, blogs, fóruns de discussão e da produção audiovisual em torno da “maternidade solo”. Boa parte do debate e da produção em torno da temática tem se desenvolvido em contextos virtuais de modo que este mapeamento inicial é fundamental para compreendermos a dinâmica mais ampla dessa discussão⁶. Selecionamos, nesta primeira etapa, algumas das produções mais influentes, considerando-se sua repercussão, tanto em virtude do número de pessoas que acompanham a produção (via números de seguidoras, inscritas no canal ou visualizações, a depender do veículo) quanto pela ressonância que tiveram em mídias tradicionais, como jornais, revistas e canais de televisão. Entre elas destacam-se: as tirinhas da ilustradora Thaiz Leão, criadora do Projeto “Mãe solo”, presente no Facebook, Instagram e em livros; os vídeos da jornalista Helen Ramos, no canal de Youtube Hel Mother; notícias de alguns dos maiores veículos de comunicação nacionais, tais como o portal G1 e os jornais *Estadão*, *Folha de São Paulo* *O Globo* e *Estado de Minas* bem como, de modo pontual, as reportagens de outros veículos de comunicação quando pertinentes para as questões propostas.

Uma primeira questão relevante a se levantar no contexto do debate da maternidade solo é que a propagação da terminologia e a problematização da discussão têm na internet seu principal espaço. Se nas últimas duas décadas, o

⁵ A pesquisa tem, até o momento, sugerido que a dimensão de classe é bem mais complexa do que o recorte de camada média suposto inicialmente. Parte dessa produção sobre maternidade solo tem problematizado justamente as interseccionalidades que marcam a própria experiência. Entre outros exemplos, podemos mencionar o documentário “Eu quero ouvir Maria”, de Cristiane Rosa, que aborda trajetórias de maternidades solo de moradoras do Grajaú em São Paulo. As questões relativas à raça são também pertinentes para se pensar a diversidade de experiências relativas à maternidade e têm sido postas em pauta de modo específico. Nesta direção, vale mencionar que a popularidade na web não está desconectada dos marcadores sociais da diferença, vide, por exemplo, os rankings relativos ao Youtube sobre canais com maior número de inscritos ou maior número de visualizações que apresentam, sistematicamente, recortes raciais e de gênero, sendo o padrão majoritariamente branco e masculino. Ver a respeito os dados do site CriadoresID e também Vargas e Carvalho (2019).

⁶ Feito o mapeamento e a análise inicial dos principais pontos que perpassam essas narrativas públicas em torno da maternidade solo, o passo seguinte é aprofundar a análise por meio de trajetórias de vida de mulheres que se autodefinem como “mães solo”. Para tanto, a metodologia central será a de histórias de família, uma vez que a intenção é compreender a reivindicação identitária do termo “mãe solo” e o modo como parentalidade e conjugalidade se correlacionam no contexto mais amplo das relações de parentesco.

campo discursivo dos feminismos (Alvarez, 2014) já não podem ser pensados em separado da web (Ferreira, 2015), a questão da maternidade aparece como nicho particular desse debate (Medrado e Muller, 2018) em que feminismos e maternidades voltam a se interseccionar, no início do século XXI pela crítica à medicina como lócus central de saberes sobre a maternidade (em seus vários aspectos, do processo reprodutivo em particular à criação de filhos). Assim, a problematização da maternidade na web, a partir de uma reivindicação identitária feminista, tem como um de seus tópicos primeiros o debate em torno do parto humanizado (Pulhez, 2015), embora junto a ele venha também, com grande frequência, toda uma problematização sobre formas de criação de filhos(as), sobrecarga de trabalho e direitos de um modo ampliado (Medrado e Muller, 2018). Este contexto de debate é central para localizarmos as discursividades em torno da maternidade solo enfocadas aqui, que se posicionam a partir de um ideário feminista, constituindo o que Alvarez (2014) tem denominado como campos discursivos de ação, que estariam menos ligados aos movimentos feministas tradicionais do que ao fluxo horizontal de discursos e práticas feministas plurais⁷.

Tendo, assim, em vista esse contexto de debate, apresento aqui sugestões analíticas mais gerais levantadas a partir do mapeamento inicial que realizamos. Entre as questões que têm aparecido como tópicos centrais estão: a definição sobre “maternidade solo” e suas críticas a uma noção normativa de família, a dimensão da sobrecarga relativa ao cuidado de crianças conjugado aos afazeres domésticos e ao trabalho remunerado; os direitos formais e as exclusões sociais no ambiente de trabalho; a quase onipresença de um entendimento de que “ser solo” é, raras vezes, opcional e a consequente tematização em torno da paternidade (que vai dos direitos formais dos filhos, como pensão e cuidados

⁷ Ainda que não seja possível aprofundarmos, vale também indicar que parecer haver, nos últimos anos, uma mudança importante na abrangência desses conteúdos em termos de públicos. Enquanto na primeira década do século XXI, o público parecia estar mais circunscrito às próprias mães via blogs e fóruns de discussões, nos anos 2010 ganha outras audiências por meio dos canais do youtube e mesmo via veículos de comunicação tradicionais, como a televisão. O canal Hel Mother, que é um dos mais emblemáticos nesse campo, dirige-se não só a mães, mas a um público mais amplo, o que pode ser inferido tanto pelos vídeos direcionados a uma audiência que não é e nem deseja ser mãe, como também nos comentários dos mais variados vídeos, em que a presença de um público que se identifica como não sendo mãe, é também relevante. As discussões propostas no canal ganharam também um público maior com a participação de Helen Ramos na série “Mãe Possível”, produzida para o canal televisivo por assinatura GNT.

paternos a questões mais amplas sobre o modo como maternidade e paternidade são diferentemente categorizadas e valoradas a depender do contexto). Boa parte deste debate é também englobado pela noção de “desromantização da maternidade” e pela problematização do que é nominado como “maternidade real” que é, conseqüentemente, perpassada por um questionamento mais abrangente das relações de gênero.

Ao longo desta análise, ainda muito preliminar, sugiro que, ao entrelaçar a problematização da maternidade a uma perspectiva feminista, essa produção tem posto em xeque, a partir de suas próprias experiências, os modelos hegemônicos de família que, por mais que sejam “ficções sociais”, como aponta Bourdieu (1996, p. 135), continuam a produzir e reproduzir privilégios sociais e simbólicos.

Conjugalidades e parentalidades: afinal o que é uma mãe solo?⁸

De modo descontraído, com tiradas humorísticas, a cineasta Helen Ramos, no canal do youtube Hel Mother⁹, inicia o vídeo “*Mães solo - o que são o que comem onde vivem*” encenando uma entrevista no duplo papel de entrevistadora e entrevistada:

- “ Hoje nós vamos falar sobre mães solo! Sai trilha sonora
- Helen Ramos [ao que comenta: esta sou eu], você está querendo dizer mães solteiras?
- Olha, pra começar, falar mãe solteira é uma coisa bem feia e bem ruim. Mãe não se define pelo status civil, ok. Então, a primeira proposta que faço a vocês é não fale mais mãe solteira, fale mãe solo. Vamos fazer com que no mecanismo do google de pesquisa apareça mãe solo, não mãe solteira. Adorariamos mudar o mundo! Tim, tim [levanta a xícara e há som de aplausos].
- o que são mães solo, Hel Mother?
- Temos as mães de produção independente, as mães que engravidaram e sabiam, a partir do momento que escolheram ter o filho, que seriam solos, as mães que estavam casadas e se separaram, as mães solos que os pais não chegaram nem a assumir e também a mãe solo que é aquele tipo que tava ficando com um cara, engravidou, mas ao dizer pra ele, ele falou, não, nós vamos assumir, vamos ter esse filho, nós não estamos juntos, mas vamos

⁸ Vale apontar que o termo “mãe solo” se populariza na web apenas nos últimos cinco anos. Isso não quer dizer, contudo, que antes não houvesse problematizações nessa direção. Apenas para levantar um exemplo, o blog “*Grávida, estado civil Mãe (solteira)*”, criado em 2011 por uma jornalista e que, na época, teve grande repercussão, inclusive nas mídias tradicionais, focava em discussões sobre a monoparentalidade, opcional ou não, e acionava de modo irônico a relação entre parentalidade e conjugalidade em seu próprio título.

⁹ Em linguagem similar, sempre fazendo uso do humor ácido, outros vídeos tocam em problematizações da maternidade em geral e de ser solo, em particular.

ser amigos tendo esse filho [tira o óculos e dá uma gargalhada sarcástica], com certeza devo estar esquecendo alguma regra ou exceção ali, [aparece texto “esqueci mães solo que adotam”], mas basicamente essas são mães solo.

- Mas, Hel, o cara lá que assume, pôs o nome na certidão e paga pensão, essa mulher, ela é mãe solo?

- olha, se o pai não está dividindo a criação igualmente, cinquenta/cinquenta por cento, sim, ela é considerada mãe solo. Uma coisa muito importante a se dizer é que uma mãe solo com exceção da produção independente, quando digo produção independente, gente, é quando a mulher foi lá e fez inseminação e, realmente, desde o início, ela quis ser mãe solo. Tirando essa exceção, da produção independente, nenhuma mãe escolhe ser mãe solo. Por quê? Porque ninguém escolhe passar por um processo de vida tão difícil.

- ah, Helen, mas ela separar do marido, ela escolheu terminar o namoro ainda grávida

- ela escolheu não estar com o companheiro, né, agora ser mãe e criar o filho na maioria do tempo com as maiores responsabilidades, eu tenho certeza absoluta que ela não escolheu. Anotou, entendeu? Se tá difícil, volta o vídeo e assiste de novo. É isso mesmo que estou te dizendo. Hoje eu estou indignada.

- Ah, Helen, mas ela abriu a perna, ela engravidou, ela podia ter evitado isso, agora aguenta

- Se você pensa como esse cidadão que eu agora imitei ou essa cidadã, você pode sair agora do meu canal, se desinscrever e nunca mais voltar aqui porque esse tipo de pensamento é muito ruim. Ou você pode pensar assim e mudar de ideia agora.

Vamos parar de colocar essa responsabilidade apenas em cima da mulher, alguém estava lá fazendo isso com ela, por que só ela tem que aguentar? Ela é um ser humano que pratica relações sexuais, que bom, ela é um ser humano saudável.

Conteúdo similar, a despeito das variações no tom de humor, estão presentes em várias publicações distintas, de páginas de facebook a blogs e reportagens em veículos tradicionais, em que a menção ao termo “mãe solo” é acompanhada de uma explicação e de uma problematização em torno de aspectos da maternidade, em geral, e da solo em particular. Carreira, gravidez, parto, formas de criação, redes de apoio, sexualidade, aborto, sobrecarga, romantização da maternidade e da ausência paterna, uma série de questionamentos em torno da parentalidade e das relações de gênero estão atreladas a essa discussão. De modo pedagógico, contudo, categorizar o que é ser “solo” e quem são as pessoas que podem assim ser descritas é central à introdução a qualquer discussão sobre o tema.

No centro desta proposição, que tratarei de modo mais circunscrito nestas reflexões, ainda muito preliminares, está a relação entre parentalidade e conjugalidade, bem resumida na frase de Thaiz Leão: *“Maternidade não é sobre*

*estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não*¹⁰. Ou na tirinha em que, numa página, há duas figuras com a legenda “Pai” e “Mãe”, logo abaixo some a figura correspondente ao pai e a legenda para a figura ao lado se torna “mãe sobrecarregada”. Na página seguinte, os dizeres: *“Romantização da ausência paterna? Apenas: Parem. Mãe Sim. Pai-Mãe Nunca”*. (Leão, 2016, np).

Desdobram-se, daí, problematizações acerca dos inúmeros constrangimentos sociais sofridos ao longo da gravidez, parto e no cuidado com as crianças diante da pergunta posta, nos variados contextos, sobre a ausência paterna: *“Vão olhar pra você e dizer: “olha, sua cria precisa de um pai” e você vai ter que fazer aquela pausa dramática com cara de bunda e perguntar: e você acha que eu fiz com quem, garai?!”* (idem, ibidem). A questão que muitas dessas mulheres vão colocar em pauta é que, socialmente, a falta de um pai, menos do que problematizada criticamente, é, frequentemente, apontada como uma falha da mãe.

Se a paternidade nunca foi a simples contrapartida masculina da maternidade (Delaney, 1986), Marilyn Strathern (1995) fornece pistas para se pensar outras dimensões dessa diferença. Ao discutir a polêmica do início da década de 1990 sobre as mulheres virgens que desejavam ter filhos sem ter relações sexuais, a antropóloga assinala que, na visão euro-americana, há uma equivalência formal entre maternidade e paternidade, uma vez que para a concepção de um filho seriam necessárias duas contribuições iguais e individuais do pai e da mãe. Uma parceria igual é, contudo, segunda ela, também marcada pela assimetria em termos de gênero. Enquanto a identidade sexual feminina e a função procriativa materna são contínuas (o intercuro sexual que leva à concepção terá como consequência um aumento do corpo feminino que culminará no parto), a identidade sexual masculina e a função paternal são descontínuas. Desse ponto de vista, as mulheres seriam *“as guardiãs do ideal. São elas que têm de mostrar que a procriação é um fato natural, estabelecer a possibilidade de sua criança ter um pai, e, dispondo-se ao intercuro sexual*

¹⁰ DINI, Aline. Mãe solo: "Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não", diz Thaiz Leão. *Revista Crescer*. 23 de maio de 2019. Disponível online via: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2019/05/mae-solo-maternidade-nao-e-sobre-estado-civil-filhos-nos-tornam-maes-companheiros-nao-diz-thaiz-leao.html>

mostrar que os filhos nascem necessariamente de relacionamentos” (Strathern, 1995: 314-315). A antropóloga assinala que a contingência da paternidade sugere também a contingência de relacionamentos: *“um lar tem de ser feito”* (idem: 315). Isto é, na visão euro-americana a relação entre mãe e filho não significa socialidade, sendo necessária uma terceira pessoa – para se ter um filho é necessário um pai – que é também uma expressão do relacionamento. Os relacionamentos, contudo, precisam ser trabalhados. *“Em consequência disso, o filho que nasce indubitavelmente com um pai genético (seja quem for, existiu), continua “necessitando” de um pai social”* (idem, p. 327).

Na literatura acadêmica, parentalidade e conjugalidade frequentemente apareceram em relação precisamente porque um modelo de família baseado num casal, heterossexual, reprodutivo moldava nossas ideias compondo a família nuclear como base para se pensar qualquer outra experiência. Se na antropologia do parentesco, a problematização dessa dimensão é central para refletir sobre o etnocentrismo das categorias antropológicas quando transpostas a outros contextos (Schneider, 1984), quando se pensa nas críticas mais amplas aos estudos de família esta dimensão também é pertinente. Claudia Fonseca numa alentada reflexão sobre as famílias de camada popular, em que enumerava práticas frequentes entre esses grupos como as uniões estáveis, as mulheres chefes de família e a circulação de crianças bem resumia a questão ao dizer que pensar tais práticas como anti-norma, como boa parte da bibliografia acadêmica havia feito, seria *“virar as costas à tradição histórica de boa parte da população brasileira”* (Fonseca, 2004b: 58).

Em pesquisa anterior, sobre reconhecimento de paternidade, sugeri que ao longo do século XX, conjugalidade e parentalidade gradualmente se desvinculam no direito de família. De uma proteção às famílias estabelecidas pelo casamento, as leis de paternidade passam a se centrar no direito dos filhos ao reconhecimento da parentalidade a despeito da situação de conjugalidade dos seus pais. Passa-se também no campo jurídico de uma disposição mais hierarquizante (Duarte, 1995) em que a família aparece como foco central de proteção legal a uma disposição mais individualista em que os direitos dos filhos sobrepõem-se à essa defesa mais generalizante das famílias. No campo discursivo, que ora enfoco, a proposição do termo maternidade solo e a

problematização consequente trazem outras dimensões para se pensar a relação entre parentalidade e conjugalidade. A mais óbvia é colocar em questão a estigmatização que recai sobre essas experiências, historicamente colocadas na chave da desestruturação familiar e da culpabilização feminina. Contudo, mais que isso, parece haver nesse campo discursivo também um questionamento mais amplo acerca da responsabilização social, para além do par conjugal ou mesmo da rede de parentesco, pelo processo reprodutivo.

Num curto texto em que aborda a política de saúde no século XVIII, Michel Foucault (1979) aponta que a reorganização da medicina leva à ideia de que um casal, mais do que produzir uma descendência, deveria produzir seres humanos nas melhores condições possíveis. O par conjugal ganha a cena como centro da produção de indivíduos. Fortemente presente ao longo de todo século XX, essa imagem continua ainda hoje presente nas prescrições provenientes dos mais variados âmbitos do conhecimento – psicologia, direito, medicina, pedagogia – em torno de como educar filhas e filhos. Mesmo com o divórcio ou em situações em que mãe e pai nunca estiveram numa relação afetiva, a ideia que prevalece é que o par, não mais conjugal, mas agora parental é o centro irradiador da produção de pessoas.

Neste contexto, um ponto importante levantado a partir da perspectiva da “maternidade solo” é a desvinculação da criação de filhos, tanto de um par conjugal ou parental, como também da circunscrição do processo de criação a uma família nuclear, de um modo mais geral. Os questionamentos sobre os modelos de família vão, neste sentido, além de uma reivindicação a um modelo parental mais igualitário, levantando, para além disso, a criação de crianças como algo mais público, que deveria ser, digamos assim, desprivatizado ou coletivizado. Repetido em vários contextos de debate sobre maternidade solo, o adágio “é preciso uma vila para criar uma criança” bem resume essa questão. Obviamente, não há homogeneidade no modo como essa perspectiva é abarcada por diferentes sujeitas nesse campo discursivo. Há, no entanto, algumas questões mais gerais que, gostaria de sugerir, perpassam esse debate.

De um lado, uma dimensão pública mais macroestrutural em que a crítica é levantada sobretudo por meio de uma problematização das políticas trabalhistas e das práticas presentes no mercado de trabalho, tais como o tempo de licença-

maternidade, o desemprego após o puerpério, os questionamentos sobre os filhos direcionados às mulheres, mas não aos homens, e, por vezes, questões que dizem respeito a políticas públicas, mais amplas como o acesso a creches.

De outro lado, há também uma crítica mais direcionada ao microcontexto relacional, sobretudo ao modo com as pessoas – amigos, familiares, conhecidos – agem em relação a pessoas de seu círculo que têm filhos. Traduz-se sobretudo numa pedagogização, feita, por vezes, com humor, sobre como as pessoas do entorno devem agir e também em conselhos práticos bastante diretos sobre como podem ajudar a constituir uma rede de apoio¹¹, apontando para a possibilidade de uma parentalidade menos centrada na mãe (ou no pai) e que, no limite, desafia a noção de família nuclear e mesmo de uma rede de ajuda ligada apenas à família de origem.

Os pontos que anuncio, aqui, são frutos, ainda, de uma primeira visada analítica sobre o material, que precisam ser mais bem elaboradas. A hipótese que colocamos é que trata-se de uma mudança mais ampla, que, se num primeiro momento, poderíamos ler pelas velhas lentes da crítica às persistentes desigualdades de gênero no processo reprodutivo, as questões postas neste campo discursivo parecem dar um passo além e colocar também em questão a ideia de que as crianças seriam responsabilidade apenas de uma família. No limite, o que parecem anunciar é que uma real igualdade de gênero não será alcançada apenas com a divisão igualitária de tarefas parentais no âmbito doméstico, mas com uma partilha social do processo reprodutivo que transcenda o par conjugal ou a rede de parentesco, estando presente em todos os ambientes de uma sociedade e incluindo nessa divisão de tarefas tanto as pessoas que têm como também aquelas que não têm nem desejam ter filhos(as).

¹¹ Num ponto mais extremo, há também as mães solo que decidem morar juntas e dividir cuidados com crianças, prática que tem sido nomeada pelo termo em inglês co-motherhood. Ver por exemplo:

LOPES, Nathalia. “Mansão das mães solteiras”: amigas decidem morar juntas depois de divórcio e criam rede de apoio. -*Pais e filhos*, 30-05-2019. Disponível online via: <https://paisefilhos.uol.com.br/familia/mansao-das-maes-solteiras-amigas-decidem-morar-juntas-depois-de-divorcio-e-criam-rede-de-apoio/>

EIRAS, Nathalia. Mães solo decidem morar juntas para dividir rotina e cuidados com crianças. *Universa*. 04-12-2018. Disponível online via: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/04/maes-solos-decidem-morar-juntas-para-dividir-rotina-e-cuidado-com-criancas.htm>

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, (43), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, pp.13-56, 2014.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. [Tradução: Waltensir Dutra].

BOURDIEU, Pierre. “O espírito de família” In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CARSTEN, Janet. Introduction: cultures of relatedness. In: CARSTEN, J. (org.) *Cultures of Relatedness*. New approaches to the study of kinship. New York/London: Cambridge University Press, 2000.

_____. *After kinship*. New York/London: Cambridge University Press, 2004.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade Etnográfica”. In: *A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998: 17-62.

DUARTE, Luiz F. D. Horizontes do Indivíduo e da Ética no Crepúsculo da Família. In: Ribeiro, Y. e Ribeiro, A.C. (orgs.). (Org.). *Família e Sociedade Brasileira: Desafios nos Processos Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser Afetado”. *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005, pp. 155-161,.

FERNANDES, Camila. *Figuras de causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ Museu Nacional. Tese de doutorado, 2017.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 44, p. 199-228, June 2015.

FINAMORI, Sabrina. *Os sentidos da paternidade: dos “pais desconhecidos” ao exame de DNA*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2000.

_____. Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 9-26, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, nº 1, pp. 67-110, 1993.

GOLDMAN, Marcio. “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia”. *Revista de Antropologia*, 46(2):445-476. 2003.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

LEÃO, Thais. *Chora Lombard*. Maternidade na real. São Paulo: Gato Preto, 2016.

_____. *O exército de uma mulher só*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.

MEDRADO, Andrea e MULLER, Ana P. Ativismo digital materno e feminismo interseccional: Uma análise da plataforma de mídia. *Braz. journal. res.*, - ISSN 1981-9854 - Brasília -DF - Vol. 14 - N. 1 – Abril, pp. 184-211, 2018.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, ano 10, nº 21, Porto Alegre, jan/jun., pp.41-65, 2004.

MULLER, Elaine; RODRIGUES, Laís; PIMENTEL, Camila. O tabu do parto: Dilemas e interdições de um campo ainda em construção. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 272-293, set. 2015.

OLIVEIRA, Leandro. Uma Espécie de Prefácio: saberes localizados sobre violência, gênero e sexualidade. In: GOMES FILHO, A. S; SILVA, L. M; DUARTE, S. M (orgs). *Violência de Gênero: resistência em tempos de crise no Brasil*. Ideia Editora: João Pessoa/PB, 2017.

SCHNEIDER, David. *American Kinship*. Chicago: University of Chicago Press. 1980

[1968].

SCHNEIDER, David. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1984.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 16, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em:

- <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183>>. Acesso em: 1 março 2019.
- SCOTT, Parry. *Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades* Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- SORJ, Bila; Fontes, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: Albertina de Oliveira Costa; Bila Sorj; Cristina Bruschini; Helena Hirata. (Org.). *Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008
- STRATHERN, Marilyn. *After nature. English Kinship in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992a.
- _____. Necessidades de pais, necessidades de mães. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, nº 2, pp. 303-329, 1995.
- _____. *Property, substance and effect*. London: Athlone Press, 1999.
- _____. *Kinship, Law and the unexpected. Relatives are always a surprise*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2005.
- TEMPESTA, Giovana Acacia; CARNEIRO, Rosamaria Giatti; FLEISCHER, Soraya Resende. Das múltiplas faces da fertilidade: Pensando uma antropologia dos úteros. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 11-19, ago. 2018.
- VARGAS, Julia; CARVALHO, Flora Villas. “Oi beninas, turo bom?” – uma análise das vlogueiras mais famosas do brasil sob uma perspectiva feminista e interseccional. *III Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Araraquara, 2019 [paper mimeo].
- WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e Chefia Feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: *Série Antropologia*, Brasília: UnB/DAN, n. 354, 2004.